



MINISTÉRIO DA SAÚDE  
SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE  
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA DAS DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS  
Coordenação-Geral do Programa Nacional de Imunizações  
SCS, Quadra 4, Bloco A, Edifício Principal.  
Brasília/DF, CEP: 70.304-000  
Tel. (061) 3213-8297

## NOTA INFORMATIVA Nº 121, DE 2016/CGPNI/DEVIT/SVS/MS

Presta informações para subsidiar a defesa da União nos autos da Ação Civil Pública, com pedido de liminar de tutela de urgência, nº 0008394-48.2016.4.03.6100, ajuizada pelo Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, objetivando emissão de esclarecimentos, por parte do Ministério da Saúde, aos estabelecimentos do SUS, para inclusão dos farmacêuticos nos grupos prioritários para recebimento da vacina influenza, na 18ª campanha nacional de vacinação contra influenza.

### I. DA SOLICITAÇÃO:

A solicitação de informações técnicas capazes de subsidiar a defesa da União nos autos da Ação Civil Pública nº 0008394-48.2016.4.03.6100, ajuizada pelo Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, requisitadas pela Consultoria Jurídica no Ministério da Saúde, destina-se à Procuradoria Regional da União da 3ª Região – SP/MS. Em síntese, a mencionada ação judicial tem por escopo obrigar o Ministério da Saúde a emitir esclarecimentos aos estabelecimentos integrantes do Sistema Único de Saúde participantes da 18ª Campanha Nacional de Vacinação, para que admitam a vacinação dos farmacêuticos, sob o argumento de que tais profissionais pertencem ao grupo “trabalhadores da saúde”. Ressalta-se que este processo deu entrada no Programa Nacional de Imunização/PNI no dia 05/05/2016 às onze horas e oito minutos. Sobre o assunto, a Coordenação-Geral do Programa Nacional de Imunizações (CGPNI) informa o que se segue.

### II. REFERENTE À POLITICA DE VACINAÇÃO CONTRA A INFLUENZA E A DISPONIBILIZAÇÃO DAS VACINAS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

As estratégias de vacinação no Brasil, a inclusão de novas vacinas no Programa Nacional de Imunizações e o estabelecimento de grupos populacionais a serem cobertos, são decisões respaldadas em bases técnicas, científicas e logísticas, evidência epidemiológica, eficácia e segurança do produto, somados a garantia da sustentabilidade da estratégia adotada para a vacinação.

Em função desses fatores são estabelecidas prioridades para vacinação, tanto na rotina quanto em campanhas, que são definidas com a participação das associações e instituições da comunidade científica e de profissionais, no âmbito do Comitê Técnico Assessor do Programa Nacional de Imunizações. Depreende-se daí, a decisão por incluir um imunobiológico no calendário básico de vacinação do país, e vacinar um grupo ou segmento da população. O Ministério da Saúde considera para a sua decisão, uma multiplicidade de fatores que influenciam a transmissão da doença e dos seus efeitos, tomando como base os seguintes critérios:

- a. A situação epidemiológica nacional da influenza, tendo como referencial a análise das ocorrências nas 26 unidades federadas, Distrito Federal e grandes regiões referentes aos grupos mais afetados, frequência e proporção de casos, taxas de incidência e mortalidade, gravidade dos casos, entre outros aspectos clínicos e epidemiológicos;
- b. A capacidade operacional dos serviços de saúde para realizar a vacinação da população alvo dentro do prazo preconizado;
- c. A capacidade dos laboratórios produtores de entregar o quantitativo necessário das vacinas dentro do prazo previsto para a realização da campanha de vacinação.

Assim, a SVS, após debate com as sociedades científicas, e respeitando os critérios apontados acima, ampliou a vacinação contra influenza para os indivíduos portadores de doença de base, não só nos Centros de Referência para Imunobiológicos Especiais - CRIE, mas também, em todas as Unidades de Saúde que irão realizar a campanha de vacinação anual.

### III. INCLUSÃO DOS GRUPOS PRIORITÁRIOS PARA VACINAÇÃO CONTRA O VÍRUS DA INFLUENZA.

Desta forma, a partir de 2013 o Ministério da Saúde, visando melhorar a proteção, acessibilidade e coberturas vacinais da população brasileira, portadora de alguma comorbidade e ou com condições especiais, definiu os grupos abaixo indicados para receberem a vacinação durante as campanhas anuais de vacinação contra influenza.

<b>Categoria de risco clínico</b>	<b>Indicações</b>
Doença respiratória crônica	Asma em uso de corticóides inalatório ou sistêmico (Moderada ou Grave); DPOC; Bronquioectasia; Fibrose Cística; Doenças Intersticiais do pulmão; Displasia broncopulmonar; Hipertensão arterial Pulmonar; Crianças com doença pulmonar crônica da prematuridade.
Doença cardíaca crônica	Doença cardíaca congênita; Hipertensão arterial sistêmica com comorbidade; Doença cardíaca isquêmica; Insuficiência cardíaca
Doença renal crônica	Doença renal nos estágios 3,4 e 5; Síndrome nefrótica; Paciente em diálise.
Doença hepática crônica	Atresia biliar; Hepatites crônicas; Cirrose.
Doença neurológica crônica	Condições em que a função respiratória pode estar comprometida pela doença neurológica; Considerar as necessidades clínicas individuais dos pacientes incluindo: AVC, Indivíduos com paralisia cerebral, esclerose múltipla, e condições similares; Doenças hereditárias e degenerativas do sistema nervoso ou muscular; Deficiência neurológica grave.

Diabetes	Diabetes Mellitus tipo I e tipo II em uso de medicamentos
Imunossupressão	Imunodeficiência congênita ou adquirida Imunossupressão por doenças ou medicamentos
Obesos	Obesidade grau III
Transplantados	Órgãos sólidos; Medula óssea.
Portadores de trissomias	Síndrome de Down, Síndrome de Klinefelter, Síndrome de Wakany, dentre outras trissomias.

Fonte: Informe Técnico Campanha Nacional contra a Influenza. Ministério da Saúde, 2014.

Além dos indivíduos portadores de doença de base, este Ministério da Saúde estabeleceu a vacinação em 2014 dos seguintes grupos prioritários: (i) **trabalhadores de saúde**; (ii) crianças de 6 meses a menores de 5 anos de idade; (iii) gestantes em qualquer período gestacional; (iv) puérperas até 45 dias após o parto; (v) população indígena; (vi) população maior de 60 anos; (vii) população privada de liberdade e funcionários do Sistema Prisional. Sendo a mesma população alvo da campanha de 2015.

Destaca-se que em 2014 a vacinação foi ampliada para a população de 2 anos a menores de 5 anos de idade, considerando que as crianças menores de cinco anos desempenham importante papel na transmissão da doença na comunidade e para seus familiares. Em estudo realizado na Mongólia, de 10/2010 a 04/2011, as crianças com idade entre 1 e 4 anos, foram as que tiveram maior taxa de ataque por influenza A(H3N2) (20%) e foram responsáveis pela transmissão do vírus aos familiares, principalmente, lactentes jovens (< 1 ano).

Em 2016, serão vacinadas as crianças na faixa etária de seis meses a menores de cinco anos de idade (quatro anos, 11 meses e 29 dias), as gestantes, as puérperas (até 45 dias após o parto), os **trabalhadores de saúde**, os povos indígenas, os grupos portadores de doenças crônicas não transmissíveis e outras condições clínicas especiais, os adolescentes e jovens de 12 a 21 anos de idade que se encontram sob medidas socioeducativas, a população privada de liberdade e os funcionários do sistema prisional. O público alvo, portanto, representará aproximadamente **49,8 milhões** de pessoas.

Vale ressaltar, no entanto, que além da vacinação que tem o objetivo de reduzir a mortalidade, as complicações e as internações decorrentes das infecções pelo vírus da influenza, orienta-se que sejam adotadas outras medidas gerais de prevenção para toda a população. Os profissionais de saúde devem realizar ações voltadas para educação em saúde, junto às instituições e comunidades em que atuam, de forma que cada indivíduo tenha conhecimento sobre principais medidas de precaução e controle.

Essas medidas são comprovadamente eficazes e devem ser amplamente adotadas, a saber: lavar as mãos frequentemente com água e sabão, especialmente depois de tossir ou espirrar; ao tossir ou espirrar cobrir o nariz e a boca com um lenço descartável; não compartilhar alimentos, copos, toalhas e objetos de uso pessoal; pessoas com gripe devem evitar ambientes fechados e com aglomerações de pessoas; não usar medicamentos sem orientação médica; procurar o seu médico ou unidade de saúde mais próxima em caso de gripe para diagnóstico e tratamento adequado. Essas recomendações e demais orientações a respeito da influenza encontram-se disponíveis no seguinte endereço eletrônico:

<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/oministerio/principal/secretarias/svs/influenza>

#### IV. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

É louvável a preocupação do Conselho Regional de Farmácia no Estado de São Paulo Saúde, e neste sentido conforme exposto acima os farmacêuticos fazem parte do grupo

alvo "trabalhadores de saúde" já definido pelo Ministério da Saúde como prioritário para recebimento da vacina influenza. No Informe Técnico da Campanha Nacional de Vacinação contra Influenza de 2016, divulgado para todos os Coordenadores Estaduais de Imunização, bem como disponível na página do Ministério da Saúde, na página 13 do referido documento consta que "A vacinação contra influenza está disponível a todos os trabalhadores de saúde dos serviços públicos e privados, nos diferentes níveis de complexidade" sendo, entretanto, responsabilidade dos Estados e municípios o estabelecimento de estratégias para vacinação dos grupos prioritários já definidos.

Diante do exposto, e considerando os aspectos técnicos relacionados acima, considera-se não haver esclarecimento complementar a ser emitido pelo Ministério da Saúde aos estabelecimentos integrantes do SUS, valendo ressaltar, apenas, que a vacinação é uma estratégia importante na prevenção da influenza, mas outras medidas são utilizadas também para o controle de Influenza (gripe).

As pessoas que estiverem contempladas nos grupos prioritários elencados acima devem procurar os postos de saúde do Sistema Único de Saúde para vacinação, durante a campanha de vacinação. Estados e municípios têm um papel relevante na ampla divulgação da importância desta vacinação, visando garantir que os grupos prioritários sejam vacinados e que a população seja devidamente informada das ações realizadas, para o enfrentamento da influenza no país.

É importante destacar que o Ministério da Saúde juntamente com as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde recomenda aos municípios envidarem esforços no sentido de garantir a vacinação de toda a população alvo, reiterando a importância de alcançar altas e homogêneas coberturas vacinais por idade, na atual campanha de vacinação, que teve mobilização nacional no dia 30 de abril e se encerrará no dia 20 de maio próximo.

Para informações adicionais, a CGPNI, coloca seu corpo técnico a disposição pelos telefones: (61) 3213-8296/8375.

Brasília, 05 de maio de 2016.

Ana Goretti Kalume Maranhão  
Coordenadora-Geral do Programa Nacional de Imunizações  
Substituta

Aprovo a nota informativa.

Em 05/05/16

Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis

**Wanessa Tenório G. H. de Oliveira**  
Diretora Substituta  
Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis